

01)FGV/ PGM – Niterói/ 2014 - Duas ações civis públicas, com a mesma causa de pedir, foram ajuizadas por membros distintos do Ministério Público Estadual, que atuam em Comarcas diversas. Sendo o caso de reuni-las por conexão, deverá prevalecer, para fins de prevenção, o seguinte juízo:

- A) onde se determinou a citação válida em primeiro lugar .
- B) onde primeiro se despachou “ cite-se” .
- C) onde for a Comarca de maior entrância.
- D) não haverá conexão e ambas serão julgadas separadamente.
- E) onde foi ajuizada a primeira ação civil pública.**

***CPC - Art. 59 - O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.***

02)FGV/ TRT- 12ªR/2017 - Joaquim, que reside em Minas Gerais, pretende ajuizar uma ação postulando a reparação de danos causados por uma empresa construtora, com sede localizada na cidade de São Paulo. Considerando que o ato causador do dano ocorreu na cidade de Florianópolis, para a propositura dessa ação o foro competente é o:

- A) do domicílio do autor;
- B) do lugar da sede da empresa;
- C) do lugar do fato ou ato;**
- D) do domicílio do autor ou do lugar da sede da empresa;
- E) do domicílio do autor, do lugar da sede da empresa, ou do lugar do fato ou ato.

***CPC – 53 - Art. 53. É competente o foro:  
IV - do lugar do ato ou fato para a ação:  
a) de reparação de dano;***

03)FGV/ COMPESA/ 2016 - A respeito das disposições sobre Função Jurisdicional, assinale a afirmativa incorreta

A) A continência entre duas ou mais ações ocorre quando há identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais

***CPC - Art . 56. Dá-se a continência entre 2 (duas) ou mais ações quando houver identidade quanto às partes e à causa de pedir, mas o pedido de uma, por ser mais amplo, abrange o das demais.***

B) Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.

***CPC – Art.55 - §1º - 1o Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado***

C) A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes

***CPC - Art . 62. A competência determinada em razão da matéria, da pessoa ou da função é inderrogável por convenção das partes.***

**D) As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações, mas a cláusula de eleição de foro não vincula os herdeiros e sucessores.**

*Art . 63. As partes podem modificar a competência em razão do valor e do território, elegendo foro onde será proposta ação oriunda de direitos e obrigações.*

§ 2º O foro contratual obriga os herdeiros e sucessores das partes.

E) A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação.

*Art . 64. A incompetência, absoluta ou relativa, será alegada como questão preliminar de contestação*

**04)FGV/MPE-RJ/2016 - Pedro, proprietário de um bem imóvel situado na Comarca de Niterói, ao saber que o mesmo foi ocupado, sem a sua autorização, por Luiz, intentou ação reivindicatória na Comarca do Rio de Janeiro, onde é domiciliado. De acordo com a sistemática processual vigente, o réu:**

A) deve alegar o vício de incompetência como preliminar de sua contestação, sem que o juiz possa conhecer ex officio da matéria;

**B) deve alegar o vício de incompetência como preliminar de sua contestação, embora o juiz possa conhecer ex officio da matéria;**

C) deve alegar o vício de incompetência pela via da exceção, sem que o juiz possa conhecer ex officio da matéria;

D) deve alegar o vício de incompetência pela via da exceção, embora o juiz possa conhecer ex officio da matéria;

E) não pode alegar o vício de incompetência, já que a possibilidade de o autor intentar a ação na comarca de seu domicílio compatibiliza-se com a garantia constitucional do pleno acesso à jurisdição

*Art. 47. Para as ações fundadas em direito real sobre imóveis é competente o foro de situação da coisa.*

*§ 1o O autor pode optar pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição se o litígio não recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova.*

*§ 2o A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juiz tem competência absoluta*

**05) FGV/TJ-PI/2015/adaptada ao NCPC - Günther, empresário alemão com domicílio em Teresina/PI, vem a falecer durante visita à Alemanha, deixando bens em território brasileiro. Nesse caso, à luz do disposto na Constituição e no Código de Processo Civil, a justiça brasileira**

A) não é competente para conhecer de ações em que o espólio de Günther for réu, nem para processar o inventário de seus bens;

**B) é competente para processar o inventário dos bens deixados por Günther no Brasil, bem como para conhecer de ações em que o seu espólio for réu;**

C) é competente para processar o inventário dos bens deixados por Günther no Brasil e no exterior, mas não para conhecer de ações em que o seu espólio for réu;

D) é competente para processar o inventário dos bens deixados por Günther no Brasil, mas não para processar o inventário de eventuais bens deixados no exterior e conhecer de ações em que o seu espólio for réu;

E) é competente para processar o inventário dos bens deixados por Günther no Brasil e no exterior, bem como para conhecer de ações em que o seu espólio for réu.

*CPC - Art. 48. O foro de domicílio do autor da herança, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro.*

*Parágrafo único. Se o autor da herança não possuía domicílio certo, é competente:*

*I - o foro de situação dos bens imóveis;*

*II - havendo bens imóveis em foros diferentes, qualquer destes;*

*III - não havendo bens imóveis, o foro do local de qualquer dos bens do espólio.*

06)FGV/TJ-RO/2015 - No curso de um processo, em que o genitor pede em face da genitora a guarda unilateral de seu filho, o juízo identificou que ali já tramitava outro feito referente ao mesmo pedido, embora formulado pela avó materna em face da genitora. Em razão dessa circunstância, deverá o juiz:

A) determinar o prosseguimento de ambos os processos, sem reuni-los, uma vez que as partes não coincidem;

**B) determinar a reunião de ambos os feitos para julgamento em conjunto, por força da conexão entre as causas e da necessidade de se afastar o risco de prolação de decisões conflitantes;**

C) extinguir o segundo processo distribuído, porque já está sendo discutida a guarda do menor em outro feito;

D) extinguir o segundo processo, porque configurada a hipótese delitispêndia;

E) determinar a reunião de ambos os feitos para julgamento em conjunto, dada a identidade do polo passivo, embora não ocorra a conexão.

*Art. 55. Reputam-se **conexas** 2 (duas) ou mais ações quando lhes for **comum o pedido** ou a causa de pedir.*

*§ 1º Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.*

*§ 3º Serão reunidos para julgamento conjunto os processos que possam gerar risco de prolação de decisões conflitantes ou contraditórias caso decididos separadamente, mesmo sem conexão entre eles*

07)FGV/DPE-RO/2015 - Maria viveu em união estável com Joaquim por 10 anos e teve dois filhos desta relação, ainda menores de idade. Maria pretende propor uma ação para ver reconhecida judicialmente esta relação familiar. Ocorre que Joaquim faleceu antes do ajuizamento da ação. Nesse sentido, poderá Maria

A) propor a ação em face de Joaquim, uma vez que o falecimento do réu não tira o direito da autora de ver reconhecida a relação jurídica pretendida;

B) propor a ação em face de seus filhos, sendo estes representados em juízo pela própria autora, uma vez que os incapazes serão representados em juízo por seus pais;

**C) propor a ação em face de seus filhos, devendo estes ser representados por curador especial nomeado pelo juiz, pois os interesses dos incapazes colidem com os da representante legal;**

D) propor a ação em conjunto com seus filhos, a qual neste caso não terá polo passivo;

E) requerer administrativamente perante o Cartório de Registro Civil o reconhecimento da união estável, uma vez que este pedido não dependia da concordância do convivente falecido

Para Maria conseguir reconhecer judicialmente a relação familiar que constituiu com Joaquim, ela deverá interpor a ação em face de seus filhos. Como os seus filhos são menores de idade, somente podem estar em juízo representados ou assistidos. Em regra, os filhos devem ser representados ou assistidos por seus pais, ou, neste caso, por sua mãe. Porém, Maria não pode ajuizar a ação em face deles e, ao mesmo tempo, exercer a representação ou assistência

*Art. 72. O juiz nomeará curador especial ao:*

*I - incapaz, se não tiver representante legal ou se os interesses deste colidirem com os daquele, enquanto durar a incapacidade;*

**08)FGV/PGE-RO/2015 - José e João, acionistas de uma empresa, não foram comunicados sobre uma assembléia que iria tratar de assuntos referentes a seus interesses. Desse modo, ajuízam ação, em litisconsórcio, em face da empresa, pedindo a anulação da referida assembléia. Nesse caso, formou-se um litisconsórcio:**

A) ativo, necessário e unitário;

B) misto, facultativo e simples;

**C) ativo, facultativo e unitário**

D) ativo, necessário e simples;

E) ativo, facultativo e necessário.

**09)FGV/TJ-RO/2015 - Menor, relativamente incapaz, assistido pelos pais, ajuizou ação de cobrança de obrigação contratual em face do devedor. No curso da relação processual, deu-se o falecimento do demandante. O fenômeno pelo qual os seus herdeiros passarão a integrar o polo ativo da lide é conhecido como:**

A) representação processual;

B) substituição processual;

C) litisconsórcio superveniente

**D) sucessão processual**

E) legitimação extraordinária

**Representação processual**- absolutamente ou relativamente incapazes são assistidos ou representados pelas pessoas designadas pela lei para acompanhar o processo.

**Substituição processual:** é o mesmo que **legitimação extraordinária**.

**Litisconsórcio superveniente ou Ulterior** - é uma modalidade a pluralidade de partes que ocorre após a instauração da demanda.

10)FGV/TRT-12ªR/2017 - Marcella, advogada de uma empresa em processo que tramita numa Vara Cível da Comarca de Caçador (SC), foi intimada pelo juízo, numa quarta feira, para a prática de determinado ato processual no prazo de cinco dias. Considerando ser feriado na segunda-feira da semana seguinte, o termo final do prazo processual concedido à patrona se dá na:

A) segunda-feira da semana seguinte;

B) terça-feira da semana seguinte;

C) quarta-feira da semana seguinte;

**D) quinta-feira da semana seguinte;**

E) sexta-feira da semana seguinte

*Art. 219. Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis.*

*Art. 224. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.*

INTIMAÇÃO	DIA 1	DIA 2	SAB	DOM	SEG	DIA 3	DIA 4	DIA 5
4 F	5 F	6F	X	X	X	3F	4F	5F

11) FGV/TRT-12ªR/2017 - Armando se sentiu lesado em um pacote turístico que adquiriu para as suas férias e, assim, ajuizou em junho de 2016 uma ação contra a companhia aérea na qual voou e contra a operadora de turismo que lhe vendeu o pacote terrestre. Cada réu contratou um advogado diferente, mas que atuavam no mesmo escritório jurídico. Prolatada a sentença, e de acordo com o CPC, é correto afirmar que:

**A) o prazo para recurso será contado de forma simples**

B) no caso concreto será em quádruplo o prazo para recorrer

C) será contado em dobro o prazo para apelar;

D) o juiz decidirá, mas, em deferindo o prazo em dobro para os réus, deverá dar o mesmo tratamento ao autor, por isonomia;

E) o prazo em dobro será apenas para o réu principal

*Art. 229. Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.*

12) FGV/MPE-RJ/2016 - De acordo com a disciplina em vigor, é correto afirmar, no que concerne aos prazos processuais, que:

A) o Ministério Público dispõe do prazo em quádruplo para contestar;

*CPC - Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1º.*

**B) reputa-se tempestivo o ato praticado antes do termo a quo da fluência do prazo;**

*Termo a quo – princípio*

*Termo a quem – final*

*CPC – 218 - § 4º Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.*

C) não havendo norma jurídica expressa ou prazo fixado pelo juiz, deve a parte praticar o ato processual que lhe incumbir em quarenta e oito horas

*CPC -218 –§ 2º Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas.*

*3º Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte*

D) os litisconsortes com procuradores diferentes, ainda que integrantes de um mesmo escritório de advocacia, têm o benefício do prazo em dobro para que se manifestem;

*CPC - Art. 229. Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.*

E) salvo disposição em contrário, os prazos são contados incluindo-se o dia do começo e o do vencimento.

*CPC Art. 224. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento*

**13)FGV/TJ-PI/2015/adaptada - A respeito dos atos processuais, é correto afirmar que:**

A) o direito de consultar os autos de processo que corre em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes, seus ascendentes e descendentes, bem como a seus procuradores;

*CPC 189 - § 1º O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores.*

B) correm em segredo de justiça, quando assim decidir o Juiz da causa, os processos que dizem respeito a casamento, filiação, separação dos cônjuges, conversão desta em divórcio, alimentos e guarda de menores;

*Art. 189 - II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes; **independe de decisão do juiz***

C) os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, podem ser praticados pelo servidor, desde que à vista de determinação do Juiz, que supervisionará a atuação

*CPC – 203 - § 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.*

D) a desistência da ação ou do recurso só produz efeito depois de homologada judicialmente

*CPC -Art. 200 -Parágrafo único. A desistência da ação só produzirá efeitos após homologação judicial. **Contudo, não há necessidade de homologação para desistência do recurso.***

**E) os atos e termos do processo devem ser assinados pelas pessoas que neles intervieram, devendo o escrivão certificar nos autos quando não quiserem ou não puderem fazê-lo, valendo a certidão independentemente de testemunhas da ocorrência.**



*CPC - Art. 209. Os atos e os termos do processo serão assinados pelas pessoas que neles intervierem, todavia, quando essas não puderem ou não quiserem firmá-los, o escrivão ou o chefe de secretaria certificará a ocorrência.*

**14)FGV/DPE-RO/2015 - Os atos e termos processuais não dependem de forma determinada senão quando a lei expressamente a exigir. Outrossim, os atos podem ser classificados em atos da parte, do juiz e do escrivão. Em relação aos atos a seguir elencados. É correto afirmar que:**

A) sentença é o ato pelo qual o juiz, no curso do processo, resolve questão incidente;

*CPC – Art. 203 - § 1º Ressalvadas as disposições expressas dos procedimentos especiais, sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz, com fundamento nos arts. 485 e 487, põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, bem como extingue a execução.*

B) despachos são todos os atos do juiz que encerram o processo, com ou sem resolução do mérito;

*CPC – 203 - § 3º São despachos todos os demais pronunciamentos do juiz praticados no processo, de ofício ou a requerimento da parte.*

C) sentença é o julgamento proferido pelos tribunais

*CPC - Art. 204. Acórdão é o julgamento colegiado proferido pelos tribunais.*

**D) a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho do juiz, devendo ser praticados de ofício pelo servidor;**

*CPC – Art. 203 - § 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.*

E) os despachos, decisões, sentenças e acórdãos serão redigidos e assinados pelo escrivão.

*CPC - Art. 205. Os despachos, as decisões, as sentenças e os acórdãos serão redigidos, datados e assinados pelos juízes.*

**15)FGV/TJ-PI/2015/adaptada ao NCPC - No que diz respeito aos atos de comunicação processual, considerando o disposto no Novo Código de Processo Civil, é correto afirmar que:**

**A) após a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência.**

*CPC - Art. 254. Feita a citação com hora certa, o escrivão ou chefe de secretaria enviará ao réu, executado ou interessado, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da juntada do mandado aos autos, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência.*

B) quando a parte ré for pessoa incapaz, poderá ser citada por oficial de justiça ou por via postal, mas não por edital.

*CPC - Art. 247. A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do país, exceto:*

***II - quando o citando for incapaz;***

C) caso seja determinada a citação de pessoa residente em comarca contígua, conquanto de fácil comunicação, deverá ser aberta conclusão dos autos ao Juiz para determinar a expedição de carta precatória;

*CPC - Art. 255. Nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar, em qualquer delas, citações, intimações, notificações, penhoras e quaisquer outros atos executivos*

D) a alegação inverídica, dolosa ou culposa, de inacessibilidade do lugar em que se encontra o réu, sujeita a parte que requerer a citação por edital a multa;

*Art. 258. A parte que requerer a citação por edital, **alegando dolosamente a ocorrência das circunstâncias autorizadoras para sua realização**, incorrerá em multa de 5 (cinco) vezes o salário-mínimo.*

*Parágrafo único. A multa reverterá em benefício do citando*

E) na citação por hora certa, deverá o oficial de justiça deixar contrafé da certidão da ocorrência com pessoa da família ou quem quer que esteja na residência do citando, sendo nula a diligência caso a contrafé seja entregue a vizinho.

*Art. 253. No dia e na hora designados, o oficial de justiça, independentemente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência.*

***§ 3o Da certidão da ocorrência, o oficial de justiça deixará contrafé com qualquer pessoa da família ou vizinho, conforme o caso, declarando-lhe o nome.***

**16) FGV/TJ-RO/2015 - Um Oficial de Justiça, no cumprimento de mandado de citação, suspeita que o réu está se ocultando, a fim de evitar a realização do referido ato processual. Desse modo, o Oficial de Justiça intima a esposa do citando, informando que retornará no dia seguinte para realizar a citação do réu, designando um horário certo para que esse possa então ser encontrado. No dia seguinte, o réu, que se encontrava no local, foi regularmente citado na hora designada. Todavia, transcorreu o prazo para defesa e o demandado não compareceu aos autos para defender seus interesses. Nesse sentido, deverá o juiz:**

A) decretar a revelia do réu e nomear um curador especial para defesa por negação geral;

**B) decretar a revelia do réu e prosseguir com o feito, sem nomeação de curador especial;**

C) resolver o mérito, em favor da parte autora, uma vez que o réu é revel, o que deve levar ao acolhimento do pedido;

D) extinguir o feito, sem resolução do mérito, diante da ilegitimidade passiva ad causam;

E) determinar a citação por edital do réu, uma vez que não foi possível a sua citação pessoal

**17) FGV/DPE-RO/2015/Adaptada ao NCPC - Lucas, executor de mandados do Tribunal de Justiça, compareceu à casa de Gomes para efetuar sua citação, não o encontrando, porém considerando que o endereço indicado nos autos efetivamente era o do acusado e que esse era na mesma unidade da Federação do magistrado que exerce jurisdição no processo, retornou ao local em mais duas oportunidades, certificando-se, após, que Gomes se ocultava para não ser citado. Nesse caso, a citação:**

A) deverá ser pessoal, necessariamente;

B) deverá ser realizada por edital, necessariamente

C) poderá ser realizada por carta precatória;

**D) poderá ser realizada por hora certa;**

E) deverá ser realizada por carta rogatória, necessariamente

*CPC - Art. 252. Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.*

**18) FGV/TJ-BA/2015 - Júlio ficou sabendo que seu vizinho o está processando. Descobriu também que a sua citação foi realizada no endereço errado. Nesse caso, se Júlio comparecer em juízo apenas para arguir a nulidade da citação e esta for decretada:**

A) o prazo para apresentar a sua resposta é imediatamente suspenso;

B) o processo é extinto, sem resolução do mérito, por falta de pressuposto processual;

C) o processo é extinto, com resolução do mérito, por falta de condições da ação;

D) a citação é considerada feita na data em que for intimado da decisão;

**E) a citação é convalidada pela ciência do réu da existência do processo, fluindo a partir do comparecimento o prazo para apresentar a contestação.**

*CPC – 239 - a citação é convalidada pela ciência do réu da existência do processo, fluindo a partir do comparecimento o prazo para apresentar a contestação.*

**19)FGV/TJ-RJ/2014 - A citação é um dos mais importantes atos processuais, pois através dela é promovida a integração da relação jurídica processual. Nesse sentido, é correto afirmar que:**

**A) o comparecimento espontâneo do réu supre a deficiência da citação;**

*CPC – 239 - § 1o O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.*

B) a demência não é obstáculo à realização da citação do réu;

*CPC - Art. 245. Não se fará citação quando se verificar que o citando é mentalmente incapaz ou está impossibilitado de recebê-la.*

C) a citação do réu não pode ser feita durante os sete dias seguintes ao falecimento do seu cônjuge;

*CPC –Art. 244 - II - de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral em segundo grau, no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes;*

D) a citação somente poderá ser feita no local de residência do réu;

*Art. 243. A citação poderá ser feita em qualquer lugar em que se encontre o réu, o executado ou o interessado.*

E) a citação deve ser feita pessoalmente ao réu.

*Art. 247. A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do país, exceto:*

*I - nas ações de estado, observado o disposto no art. 695, § 3º;*

*II - quando o citando for incapaz;*

*III - quando o citando for pessoa de direito público;*

*IV - quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;*

*V - quando o autor, justificadamente, a requerer de outra forma.*

**20)FGV/MPE-RJ/2016 - Tendo-se iniciado o prazo de quinze dias para contestar uma demanda, o réu apresentou contestação no oitavo dia do prazo. Porém, no décimo quarto dia do prazo, optou o demandado por protocolizar uma nova peça contestatória, nela deduzindo linha defensiva essencialmente diversa daquela exposta em sua primeira peça. Nesse cenário, deve o juiz:**

- A) receber a segunda contestação, já que ofertada ainda dentro do prazo legal;
- B) receber a segunda contestação, em observância aos princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.
- C) deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão lógica;

**D) deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão consumativa;**

E) deixar de receber a segunda contestação, em razão do instituto da preclusão temporal.

**21) FGV/TJ-RO/2015/adaptada ao NCPC - O réu, no procedimento ordinário, poderá oferecer a contestação no prazo de quinze dias, em petição escrita, dirigida ao juiz. Quanto a esse prazo de resposta, pode-se classificá-lo como um prazo:**

- A) judicial e impróprio;
- B) legal e discricionário;
- C) legal e impróprio;
- D) dilatatório e convencional

**E) legal e próprio.**

**Legais:** prazos com previsão na Lei.

**Judiciais:** prazos fixados pelo juiz.

**Convencionais:** prazos definidos em comum acordo entre as partes.

**Próprios:** estabelecidos para as partes, para o Ministério Público, quando atua como parte, e para terceiros.

**Impróprios:** que não acarretam a preclusão e são estabelecidos pelo juiz, pelos auxiliares, e pelo MP, quando atua como fiscal da Lei.

**22) A respeito das disposições gerais sobre as provas, assinale a afirmativa incorreta.**

**A) Não será admitida prova produzida em outro processo.**

*Art. 372. O juiz poderá admitir a utilização de prova produzida em outro processo, atribuindo-lhe o valor que considerar adequado, observado o contraditório.*

B) É possível utilizar a teoria da carga dinâmica do ônus da prova nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de produzir a prova ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, de modo a permitir que haja a inversão por decisão devidamente motivada.

*CPC – Art. 373 - § 1º Nos casos previstos em lei ou diante de peculiaridades da causa relacionadas à impossibilidade ou à excessiva dificuldade de cumprir o encargo nos termos do caput ou à maior facilidade de obtenção da prova do fato contrário, poderá o juiz atribuir o ônus da prova de modo diverso, desde que o faça por decisão fundamentada, caso em que deverá dar à parte a oportunidade de se desincumbir do ônus que lhe foi atribuído.*

C) A distribuição do ônus da prova pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando recair sobre direito indisponível da parte ou tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.

*art. 373, §3º. § 3o A distribuição diversa do ônus da prova também pode ocorrer por convenção das partes, salvo quando:*

*I - recair sobre direito indisponível da parte;*

*II - tornar excessivamente difícil a uma parte o exercício do direito.*

D) A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário deverá provar o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.

*Art. 376. A parte que alegar direito municipal, estadual, estrangeiro ou consuetudinário provar-lhe-á o teor e a vigência, se assim o juiz determinar.  
Consuetudinário = costume*

E) Preservado o direito de não produzir prova contra si própria, incumbe à parte comparecer em juízo, respondendo ao que lhe for interrogado, colaborar com o juízo na realização de inspeção judicial que for considerada necessária e praticar o ato que lhe for determinado

*Art. 379. Preservado o direito de não produzir prova contra si própria, **incumbe à parte:***

*I - comparecer em juízo, respondendo ao que lhe for interrogado;*

*II - colaborar com o juízo na realização de inspeção judicial que for considerada necessária;*

*III - praticar o ato que lhe for determinado.*

**23) FGV/TJ-PI/2015/Adaptada ao NCPC - A respeito do perito e da prova pericial, é correto afirmar que:**

A) a remuneração do perito será custeada pelo autor quando a produção da prova pericial houver sido requerida de ofício pelo Juiz;

*Art. 95. Cada parte adiantará a remuneração do assistente técnico que houver indicado, sendo a do perito adiantada pela parte que houver requerido a perícia ou **rateada quando a perícia for determinada de ofício ou requerida por ambas as partes***

B) aplicam-se ao perito os motivos de impedimento, mas não os de suspeição;

*Art. 467. O perito pode escusar-se ou ser recusado por impedimento ou suspeição.*

*Parágrafo único. O juiz, ao aceitar a escusa ou ao julgar procedente a impugnação, nomeará novo perito.*

**C) o perito tem o dever de cumprir o ofício para o qual foi nomeado, somente podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo no prazo legal;**

*Art. 157. O perito tem o dever de cumprir o ofício no prazo que lhe designar o juiz, empregando toda sua diligência, podendo escusar-se do encargo alegando motivo legítimo. § 1º A escusa será apresentada no prazo de 15 (quinze) dias, contado da intimação, da suspeição ou do impedimento supervenientes, sob pena de renúncia ao direito a alegá-la.*

D) é opção discricionária do Juiz ser assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico;

*Art. 156. O juiz será assistido por perito quando a prova do fato depender de conhecimento técnico ou científico.*

E) o perito somente responde civil e penalmente pela prestação de informações inverídicas quando agir dolosamente

*Art. 158. O perito que, por dolo ou culpa, prestar informações inverídicas responderá pelos prejuízos que causar à parte e ficará inabilitado para atuar em outras perícias no prazo de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, independentemente das demais sanções previstas em lei, devendo o juiz comunicar o fato ao respectivo órgão de classe para adoção das medidas que entender cabíveis*

**24) FGV/TJ-PI/2015 – QUESTAO IMPUGNADA (MANTIDA) considerando o disposto na Lei nº 11.419/2006, é correto afirmar que:**

A) quando a petição eletrônica for enviada para atender prazo processual, serão consideradas tempestivas as transmitidas até as 23 (vinte e três) horas e 59 (cinquenta e nove) minutos do seu último dia;

*Art. 5ª § 1º Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.  
Justificativa : Não se pode desprezar os segundos*

B) as intimações feitas por meio eletrônico em portal próprio não dispensam a intimação pessoal, com carga dos autos, aos órgãos de representação judicial das Fazendas Públicas;

*Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico*

C) considera-se realizada a intimação por meio eletrônico no dia, útil ou não, em que o intimando efetivar a consulta eletrônica ao teor da intimação, certificando-se nos autos a sua realização;

*Art. 4ª - § 3º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico.*

**D) nos casos urgentes em que a intimação feita na forma eletrônica possa causar prejuízo a quaisquer das partes, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pelo Juiz;**

*Art. 5º As intimações serão feitas por meio eletrônico em portal próprio aos que se cadastrarem na forma do art. 2º desta Lei, dispensando-se a publicação no órgão oficial, inclusive eletrônico.*

*§ 5º Nos casos urgentes em que a intimação feita na forma deste artigo possa causar prejuízo a quaisquer das partes ou nos casos em que for evidenciada qualquer tentativa de burla ao sistema, o ato processual deverá ser realizado por outro meio que atinja a sua finalidade, conforme determinado pelo juiz.*

E) a distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, serão feitas em até 24 (vinte e quatro) horas pelo escrivão, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.

*Art. 10. A distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos advogados públicos e privados, sem necessidade da intervenção do cartório ou secretaria judicial, situação em que a autuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.*

## **25) No processo eletrônico:**

A) a Fazenda Pública não pode ser citada ou intimada por meio eletrônico;

*Art. 9º No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei.*

B) os atos processuais não podem ser praticados por meio físico, pelas regras ordinárias;

*Art. 9º- § 2º Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que deverá ser posteriormente destruído.*

C) a juntada de uma petição, em formato digital, só pode ser feita por serventuários;

*Art. 10. A distribuição da petição inicial e a juntada da contestação, dos recursos e das petições em geral, todos em formato digital, nos autos de processo eletrônico, podem ser feitas diretamente pelos **advogados públicos e privados**, sem necessidade da intervenção do cartório ou secretaria judicial, situação em que a autuação deverá se dar de forma automática, fornecendo-se recibo eletrônico de protocolo.*



**D) o acesso à íntegra do processo correspondente é considerado vista pessoal do interessado;**

*Art. 9ª - § 1o As citações, intimações, notificações e remessas que viabilizem o acesso à íntegra do processo correspondente serão consideradas vista pessoal do interessado para todos os efeitos legais.*

E) os atos processuais devem ser praticados por petição eletrônica até as 20 horas do último dia do prazo.

*Art. 10 - § 1o Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.*

**26) FGV/TRT - 12ª R/2017 - Catarina é advogada em processo eletrônico trabalhista e precisa enviar ao juízo da 36ª Vara do Trabalho de Chapecó (SC), no prazo por esse fixado, uma petição com grande volume de documentos, o que torna tecnicamente inviável a sua digitalização. Considerando a legislação que disciplina a informatização do processo judicial, é correto afirmar que a advogada deverá:**

A) requerer a digitalização dos documentos à secretaria da Vara do Trabalho, dentro do prazo fixado pelo juízo;

B) apresentar à secretaria da Vara do Trabalho, dentro do prazo fixado pelo juízo, cópias autenticadas dos documentos;

**C) apresentar os documentos à secretaria da Vara do Trabalho, no prazo de dez dias contados do envio de petição eletrônica, comunicando o fato, que serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado**

D) requerer ao juízo a dilação do prazo e solicitar a digitalização dos documentos ao setor responsável no TRT;

E) apresentar os documentos à secretaria da Vara do Trabalho, no prazo de quinze dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, que serão devolvidos à parte após a prolação da sentença.

*Art. 11. Os documentos produzidos eletronicamente e juntados aos processos eletrônicos com garantia da origem e de seu signatário, na forma estabelecida nesta Lei, serão considerados originais para todos os efeitos legais.*

*§ 5º Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade (\*) deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.*

*(\*) Ilegível*

27)FGV/TRT - 12ª R/2017 - O juiz de Direito da 29ª Vara Empresarial de determinada cidade encontra-se com um caso que possui grande repercussão social. Em razão disso, uma entidade especializada no tema que será apreciado peticiona nos autos, em junho de 2017, requerendo a sua intervenção no feito como *amicus curiae*. Diante do que dispõe o CPC, é correto afirmar que:

A) é impossível a pretensão deduzida porque a figura do *amicus curiae* existe apenas para as causas que tramitam no STF;

*Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação.*

B) se o juiz não aceitar a participação da entidade como *amicus curiae*, ela poderá recorrer dessa decisão interlocutória;

*Art. 138 - § 1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º.*

**C) é viável a admissão de *amicus curiae* em 1º grau de jurisdição, desde que aceito pelo juiz em decisão irrecorrível;**

*Art. 138 - § 1º A intervenção de que trata o caput não implica alteração de competência nem autoriza a interposição de recursos, ressalvadas a oposição de embargos de declaração e a hipótese do § 3º.*

D) *amicus curiae* só existe para as causas que estejam nos Tribunais, ou seja, do 2º grau em diante;

E) caso a entidade seja aceita como *amicus curiae*, ela poderá no futuro recorrer da sentença e decisões posteriores.

*Art. 138 - § 3º O *amicus curiae* pode recorrer da decisão que julgar o incidente de resolução de demandas repetitivas.  
Não são todos os recursos*

28)FGV/MPE-RJ/2016 - São condições para o regular exercício da ação:

A) legitimidade *ad causam* e demanda regularmente formulada

B) interesse de agir e competência do juízo;

C) legitimidade *ad processum* e possibilidade jurídica do pedido;

D) possibilidade jurídica do pedido e competência do juízo;

**E) legitimidade *ad causam* e interesse de agir.**

*Art. 17. Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade.*

**29)FGV/MPE-RJ/2016 - No tocante à inércia, uma exceção a tal característica da jurisdição, de acordo com a legislação processual vigente, é a:**

- A) interdição;
- B) reintegração de posse de imóvel público;

**C) restauração de autos;**

- D) anulação de contrato administrativo;
- E) nulidade de casamento.

*Art. 712. Verificado o desaparecimento dos autos, eletrônicos ou não, pode o juiz, de ofício, qualquer das partes ou o Ministério Público, se for o caso, promover-lhes a restauração.*

**30)FGV/MPE-RJ/2016 - São elementos identificadores da ação:**

- A) juízo, partes e pedido;
- B) juízo competente, causa de pedir e demanda;

**C) partes, causa de pedir e pedido**

- D) partes, interesse processual e pedido;
- E) causa de pedir, legitimidade e demanda.

**31)FGV/TJ-PI/2015 - A respeito do processo de conhecimento, é correto afirmar que:**

- A) quando houver previsão legal ou procuração, é possível pleitear judicialmente, em nome próprio, direito alheio;

*Art. 18. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico*

**B) a sentença declara a existência ou a inexistência de relação jurídica, mas excepcionalmente pode declarar fatos, como a autenticidade ou falsidade de documento;**

*Art. 19. O interesse do autor pode limitar-se à declaração:  
I - da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica;  
II - da autenticidade ou da falsidade de documento.*

*Art. 20. É admissível a ação meramente declaratória, ainda que tenha ocorrido a violação do direito.*

C) a falta dos pressupostos processuais conduz à nulidade relativa, enquanto a ausência das condições da ação acarreta nulidade absoluta;

**Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:**

**IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;**

D) toda pessoa que se acha no exercício dos seus direitos tem capacidade postulatória;

E) verificando a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes, o Juiz proferirá imediatamente sentença terminativa.

*Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício*

**32)FGV/PGE-RO/2015 - Joaquim, advogado, é procurado por José para apresentar defesa no processo em que sua esposa pede o divórcio e alimentos. Sem ser ainda constituído procurador do réu nos autos, Joaquim vai ao cartório do juízo, onde:**

A) poderá examinar os autos do processo, mesmo sem procuração;

B) poderá, sem procuração nos autos, requerer vista do processo pelo prazo de cinco dias, sem direito de examiná-lo de imediato;

**C) não poderá examinar os autos do processo, pois não tem procuração;**

D) poderá examinar os autos do processo imediatamente, devendo juntarem quinze dias a procuração;

E) não poderá examinar os autos do processo, mesmo que apresentasse a procuração naquele momento.

**Art. 104. O advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente.**

**Art. 107. O advogado tem direito a:**

**I - examinar, em cartório de fórum e secretaria de tribunal, mesmo sem procuração, autos de qualquer processo, independentemente da fase de tramitação, assegurados a obtenção de cópias e o registro de anotações, SALVO na hipótese de segredo de justiça, nas quais apenas o advogado constituído terá acesso aos autos**

**Art. 189. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em segredo de justiça os processos:**

**II - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes;**

**§ 1º O direito de consultar os autos de processo que tramite em segredo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores.**

**33)FGV/TJ-RO/2015 - No curso de um processo, veio a notícia do falecimento do advogado da parte ré. O juiz, verificando a necessidade de se regularizar a representação do réu, suspendeu o processo e assinou prazo para que este sanasse o vício. Não sendo cumprido o despacho, deve o juiz:**

A) decretar a nulidade do processo e extinguir o feito sem resolução do mérito;

B) decretar a nulidade do processo e extinguir o feito com resolução do mérito;

**C) reputar o réu revel e determinar o prosseguimento do processo**

D) excluir o réu do processo e julgar procedente o pedido formulado

E) designar um curador especial para o réu

Art. 313 - § 3o No caso de morte do procurador de qualquer das partes, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz determinará que a parte constitua novo mandatário, no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual extinguirá o processo sem resolução de mérito, se o autor não nomear novo mandatário, ou ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu, se falecido o procurador deste.

**34)FGV/TJ-RO/2015 - Quanto ao tema da capacidade processual, é INCORRETO afirmar que:**

A) se trata de um pressuposto de validade da relação processual;

**B) a ausência de capacidade para estar em juízo constitui vício que não pode ser sanado, devendo o juiz extinguir o processo sem resolução do mérito assim que constatar o defeito;**

C) têm capacidade de ser parte todas as pessoas físicas e jurídicas, além dos entes e massas de bens desprovidos de personalidade jurídica a que a lei atribui tal capacidade, como o espólio e o condomínio de edifício;

D) a capacidade postulatória consiste na aptidão para dirigir petições ao juiz, sendo privativa do advogado e de profissionais do direito que exerçam funções análogas, no âmbito de suas atribuições, como o Promotor de Justiça e o Defensor Público;

E) o advogado, mesmo sem instrumento de mandato, pode exercer a sua capacidade postulatória em prol de seu cliente, a fim de evitar a consumação da prescrição ou decadência, caso em que deverá exhibir a procuração no prazo de quinze dias, prorrogável por igual período, por despacho do juiz.

Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício.

**35)FGV/TJ-RO/2015 - A hipótese que NÃO dá azo à suspensão do processo é:**

- A) convenção das partes;
- B) morte do único advogado de uma das partes;
- C) relação de prejudicialidade do julgamento do mérito com causa que seja objeto de outro processo em curso;
- D) inexistência de bens penhoráveis no patrimônio do executado;

**E) litispendência**

Art. 313. Suspende-se o processo:

I - pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;

II - pela convenção das partes;

V - quando a sentença de mérito:

a) depender do julgamento de outra causa ou da declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente;

b) tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo;

**36)FGV/TCM-SP/2015 - Maria e José resolveram celebrar uma transação para pôr termo a diversas ações em que figuram como autor e réu respectivamente, inclusive partilhando imóveis de propriedade comum. Arrependida do acordo celebrado, Maria requer ao juiz da ação onde se realizou o referido pacto que indefira o pedido de homologação da transação. Considerando os dados fornecidos pelo problema, é correto afirmar que o pedido de Maria**

- A) será indeferido, pois o desfazimento da transação depende da anuência do Ministério Público;
- B) será deferido, porquanto ninguém é obrigado a contratar;
- C) será deferido, porque o negócio jurídico celebrado não tem poder vinculante;

**D) será indeferido, pois é impossível o arrependimento e rescisão unilateral da transação, já que suas condições obrigam definitivamente**

E) será deferido, porque não está o juiz obrigado à sua homologação, notadamente se verificar que uma das partes foi mais beneficiada do que a outra.

(\* Entendimento do STJ)

**37)FGV/DPE-RO/2015 - Na ação de usucapião, o litisconsórcio que se estabelece entre a pessoa em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo e os proprietários dos imóveis que lhe sejam confinantes deve ser classificado como:**

**A) passivo, necessário e simples;**

B) passivo, necessário e unitário;

C) ativo, facultativo e simples;

D) passivo, facultativo e unitário;

E) ativo, facultativo e unitário.

**38)FGV/DPE-RO/2015 - O princípio constitucional do juiz natural identifica o juiz competente para o julgamento da causa com base em regras estabelecidas previamente à ocorrência do fato em questão. Esse princípio garante a imparcialidade da própria pessoa do juiz. Nesse sentido, o nosso ordenamento jurídico:**

**A) proíbe a instituição de juízo ou tribunal de exceção;**

B) admite que se escolha o juízo da causa por foro de eleição; **não é a escolha do juízo e sim a competência territorial**

C) proíbe que se ajuíze novamente uma mesma demanda quando a primeira foi extinta por carência de ação;

D) proíbe a criação de varas especializadas nas comarcas;

E) admite que os juízes sejam substituídos, de ofício, pelo Presidente do Tribunal para julgar as demandas, em casos de repercussão nacional.

**Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:**

**XXXVII - não haverá juízo ou tribunal de exceção;**

**LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;**

**39)FGV/DPE-RO/2015 - Manoel moveu ação judicial em face de Joana, pleiteando a condenação desta a lhe pagar verba indenizatória em razão da prática de um ato ilícito. Manoel veio a falecer no curso do processo. Os herdeiros do autor requereram a habilitação para assumir o polo ativo. Tendo sido deferida pelo juiz a habilitação pleiteada, pode-se afirmar que ocorreu a:**

A) substituição processual;

**B) sucessão processual;**

- C) revelia;
- D) exceção;
- E) prorrogação da competência.

*Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, §§ 1º e 2º*

**40) FGV/DPE-RO/2015 - Todas as sentenças produzem coisa julgada formal, uma vez que atingirão o trânsito em julgado e mais nenhum ato processual poderá ser praticado no curso daquela relação. Todavia, algumas sentenças atingem sua finalidade principal que é a de julgar a relação jurídica de direito material que foi apresentada pelas partes diante do juiz. Nesse caso, diz-se que as sentenças são definitivas, gerando coisa julgada material. Apresenta-se uma sentença com aptidão para gerar coisa julgada material quando o juiz:**

- A) reconhecer a ilegitimidade passiva do réu;
- B) reconhecer que há confusão entre autor e réu;
- C) reconhecer que a ação é considerada intransmissível por disposição legal;

**D) pronunciar a decadência ou a prescrição;**

- E) reconhecer a falta de interesse de agir

**Art. 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:**  
**II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;**

**41) FGV/DPE-RO/2015 - José, Juiz de Direito da Comarca, com competência para o feito, recebeu uma petição inicial para manifestação inaugural, quando percebeu que seu tio, que é seu parente em terceiro grau, era o advogado da parte autora. Poderá José:**

**A) se declarar impedido para o julgamento da causa, porque o advogado da parte é seu parente;**

- B) se declarar suspeito para o julgamento da causa, porque não pode julgar uma demanda em que seu tio é o advogado da parte;
- C) proceder ao julgamento da causa, porque o fato de seu tio atuar como advogado da parte não o torna, por este motivo, impedido para o julgamento;
- D) extinguir o processo, sem resolução do mérito, porque não poderia julgar uma demanda em que seu tio é o advogado;



E) determinar que a parte constitua novo advogado, uma vez que não poderia julgar a demanda com seu tio patrocinando a causa

Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo:  
III - quando nele estiver postulando, como defensor público, advogado ou membro do Ministério Público, seu cônjuge ou companheiro, ou qualquer parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive;

**42)FGV/DPE-RO/2015 - Manuel propôs ação judicial em face de Maria, pleiteando a sua condenação ao pagamento de verba indenizatória, afirmando que esta lhe teria ofendido a honra em uma reunião de condomínio, quando afirmou, na frente de todos os presentes, que ele não sabia estacionar seu veículo na garagem. Citada pessoalmente, Maria não contestou a ação. Nesse caso:**

A) será reputado verdadeiro o fato afirmado por Manuel, ocasionando a procedência do pedido formulado;

B) não será reputado verdadeiro o fato, devendo o autor provar a afirmação feita por Maria, uma vez que a revelia ocorrida não induz a presunção de veracidade do fato no caso;

**C) será reputado verdadeiro o fato, todavia o juiz não está obrigado a julgar procedente o pedido, podendo julgá-lo improcedente, mesmo sem contestação da Ré;**

D) ocorrerá revelia, reputando-se configurado o direito à reparação pecuniária requerida, pois o litígio versa sobre direito disponível

E) não ocorrerá a revelia, devendo o autor provar que sabe estacionar seu veículo na garagem

Art. 344. Se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor

**43)FGV/TJ-SC/2015/adaptada - Sobre os atos processuais, é correto afirmar que:**

A) não podem ser praticados aos sábados, porque tais dias não são considerados dias úteis;

B) podem ser praticados aos domingos, mediante autorização expressa do juiz;

C) não podem ser praticados durante os feriados, mesmo se tiverem natureza cautelar;

D) podem ser praticados após as 20 horas, quando expressamente requerido pelas partes;

**E) podem ser concluídos após as 20 horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.**

Art. 212. Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.

§ 1º Serão concluídos após as 20 (vinte) horas os atos iniciados antes, quando o adiamento prejudicar a diligência ou causar grave dano.

§ 2º Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal

44)FGV/TJ-SC/2015 - Juliano tem 63 anos de idade e gostaria de pedir a prioridade na tramitação do processo onde figura como réu. O processo atualmente encontra-se na segunda instância, não havendo qualquer documento indicando a idade de Juliano, que é cidadão português. Nesse caso, ele não deve obter a prioridade, pois ela só pode ser deferida

A) aos idosos que tenham mais de 65 anos

B) aos idosos que figurem como autor;

C) pela primeira instância

**D) mediante prova da idade;**

E) aos idosos brasileiros

Art. 1.048. *Terão prioridade de tramitação, em qualquer juízo ou tribunal, os procedimentos judiciais:*

*I - em que figure como parte ou interessado pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou portadora de doença grave, assim compreendida qualquer das enumeradas no art. 6º, inciso XIV, da Lei no 7.713, de 22 de dezembro de 1988;*

*§ 1º A pessoa interessada na obtenção do benefício, **juntando prova de sua condição**, deverá requerê-lo à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará ao cartório do juízo as providências a serem cumpridas.*

45)FGV/TJ-BA/2015 - Paula propôs uma demanda indenizatória. Apesar de o réu ter ficado revel, os pedidos de Paula foram julgados improcedentes, com trânsito em julgado. Inconformada, Paula propõe a mesma demanda novamente, no ano seguinte. Nesse caso, se o réu apresentar defesa, o novo processo deve ser extinto

A) com resolução do mérito, por economia processual;

**B) sem resolução do mérito, por violar a coisa julgada;**

C) sem resolução do mérito, por litispendência

D) com resolução do mérito, por violar a boa-fé;

E) sem resolução do mérito, por congruência

Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:

V - reconhecer a existência de preempção, de litispendência ou de coisa julgada;

**46) FGV/TJ-RJ/2014 - Carlos Frota propôs uma ação de cobrança em face de Luana Dias. Em sua contestação, Luana Dias alega e comprova que já pagou o valor que está sendo cobrado por Carlos Frota. Nessa hipótese, incumbe :**

A) ao autor demonstrar o pagamento efetuado

B) à ré produzir prova testemunhal sobre a existência da dívida;

C) à ré demonstrar que os documentos apresentados pelo autor são originais;

**D) ao autor demonstrar que o pagamento não foi válido;**

E) à ré demonstrar a inexistência da dívida.

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do Autor

**47) FGV/ TJ-RJ/ 2 0 1 4 / adaptada. A citação pode ser feita pelo correio, no seguinte caso**

A) quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência

B) quando o citando for pessoa de direito público;

C) quando o citando for incapaz;

D) ações de estado;

**E) ações que visem à rescisão de contrato.**

Art . 247. A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do país, exceto:

I - nas ações de estado, observado o disposto no art . 695, § 3o;

II - quando o citando for incapaz;

III - quando o citando for pessoa de direito público;

IV - quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;

V - quando o autor, justificadamente, a requerer de outra forma.

48)FGV/ TJ-RJ/ 2 0 1 4 – Adaptada - Caio propôs ação de indenização em face do Estado do Rio de Janeiro, pleiteando a condenação deste a lhe pagar verba reparatória de danos morais no valor de duzentos mil reais.

Acolhido integralmente o pleito autoral, foi o ente político intimado da sentença no dia 15 de setembro de 2014, vindo a interpor recurso de apelação no dia 10 de outubro, sem recolher quaisquer valores a título de preparo. Relativamente ao apelo manejado, é correto afirmar que:

A) deve receber juízo negativo de admissibilidade, em razão de sua intempestividade e da ausência de preparo;

**B) deve receber juízo positivo de admissibilidade, já que cumpridos os respectivos requisitos;**

C) deve receber juízo negativo de admissibilidade, em razão da ausência de interesse recursal, considerando que incide na espécie o duplo grau de jurisdição obrigatório

D) deve receber juízo negativo de admissibilidade, apenas em razão de sua intempestividade;

E) deve receber juízo positivo de admissibilidade, já que a Fazenda Pública é isenta de preparo e não está sujeita a prazos recursais

Art . 1.007. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

§ 1º São dispensados de preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, os recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, pelo Distrito Federal, pelos Estados, pelos Municípios, e respectivas autarquias, e pelos que gozam de isenção legal.

Art . 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal

49)FGV/ TJ-GO/ 2 0 1 4 - Rafael, advogado, dirige-se ao cartório de determinada Vara de Família e solicita ao servidor vista dos autos de divórcio consensual entre João e Joana, que tramita naquele juízo. O casal é patrocinado pela Defensoria Pública Tendo em vista que este casal acredita que o processamento do feito no cartório está demorado, pedem que o referido advogado tenha vista dos autos para esclarecer os motivos de tal atraso. Deverá o servidor

A) dar vista dos autos, independentemente de procuração, porque todo advogado tem direito de ter vista dos autos de qualquer processo;

B) recusar a vista dos autos, porque só se admitir ia vista se houvesse requerimento do advogado por escrito;

C) recusar a vista, pois precisaria de uma autorização prévia da Defensoria Pública que patrocina a causa;

D) dar vista dos autos, caso o advogado apresente procuração do casal para tanto, em razão de o feito tramitar sob sigilo de justiça;

**E) recusar a vista, mesmo com procuração, pois o feito tramita sob sigilo de justiça e o advogado não tem direito de consultar os referidos autos**

Art. 189. Os atos processuais são públicos, todavia tramitam em sigilo de justiça os processos:

I - que versem sobre casamento, separação de corpos, divórcio, separação, união estável, filiação, alimentos e guarda de crianças e adolescentes

§ 1º O direito de consultar os autos de processo que tramite em sigilo de justiça e de pedir certidões de seus atos é restrito às partes e aos seus procuradores

**50) FGV/ TJ-GO/ 2014 - Determinado servidor público ajuizou demanda judicial pleiteando uma gratificação que teria sido deferida a outra categoria de servidores e que este entende ter o mesmo direito. Havendo cinco juízos possíveis com competência para a matéria, foi, por sorteio, distribuída a referida ação para o juízo da 1ª Vara. O julgador desta Vara determina que o servidor junte aos autos seu comprovante de pagamento, a fim de verificar sua remuneração, o que não foi atendido.**

**Intimado para dar andamento ao processo, o servidor requer a desistência do feito, o que foi atendido, sendo o processo extinto, sem resolução do mérito, eis que sequer o réu havia sido citado. Desejando propor novamente a mesma lide, deverá o referido servidor:**

A) distribuir nova petição inicial, sem prevenção do juízo da 1ª Vara, eis que naquela outra ação o réu sequer foi citado;

**B) distribuir nova petição inicial, por dependência ao juízo da 1ª Vara, eis que este estaria prevento para a referida causa;**

C) requerer o desarquivamento da ação originariamente proposta, e dar prosseguimento ao feito naquele juízo da 1ª Vara, uma vez que o réu sequer foi citado;

D) requerer o desarquivamento da ação originária que será remetida a livre distribuição entre os cinco juízos referidos;

E) pagar novamente as custas e peticionar no mesmo processo, não podendo funcionar no feito o mesmo julgador, que estará impedido para a causa

Art. 286. Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza:

I - quando, tendo sido extinto o processo sem resolução de mérito, for reiterado o pedido, ainda que em litisconsórcio com outros autores ou que sejam parcialmente alterados os réus da demanda;

**51)FGV/ MPE-RJ/ 2014 - Em razão do falecimento do autor no curso da relação processual, o seu herdeiro, provando satisfatoriamente tal qualidade, pleiteou ao juiz a sua habilitação no feito. Deferido o requerimento, a sua atuação no processo sedará a título de**

- A) assistente qualificado;
- B) substituto processual
- C) representante processual
- D) sucessor processual;**
- E) litisconsorte superveniente

*Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, §§ 1º e 2º.*

**52)FGV/ MPE-RJ/ 2014 – Adaptada - Proprietário de bem imóvel situado na Comarca de Teresópolis, constatando ter sido o mesmo ocupado por pessoa não autorizada, intentou ação reintegratória na Comarca do Rio de Janeiro, onde reside. Diante da prova documental que instruiu a petição inicial, o juiz deferiu a tutela antecipatória de mérito requerida pelo autor, decretando o imediato desalijo da parte ré. Sobre essa decisão interlocutória, é correto afirmar que foi proferida por juízo:**

- A) relativamente incompetente, devendo o réu suscitar o vício por meio de exceção, sob pena de prorrogação da competência;
- B) relativamente incompetente, embora tal vício possa ser reconhecido ex officio;
- C) absolutamente incompetente, impondo-se a sua anulação e a remessa dos autos para um dos juízos cíveis da Comarca de Teresópolis;**
- D) absolutamente incompetente, embora a sua validade deva ser preservada, em homenagem à garantia constitucional da plena efetividade do processo;
- E) absolutamente incompetente, embora o reconhecimento desse vício dependa da iniciativa da parte ré no sentido de suscitá-lo.

*Art. 47 - § 2º A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta*

**53)FGV/ MPE-RJ/ 2014 - Profere-se sentença dotada de aptidão para gerar a coisa julgada material quando se**

- A) homologa a desistência da ação
- B) julga extinto pedido formulado em ação civil pública, em razão da insuficiência do conjunto probatório;
- C) julga extinto pedido formulado em ação cautelar (\*)

D) proclama a carência de ação, em razão da ilegitimidade ativa ad causam;

**E) pronuncia a prescrição do direito alegado pelo autor em sua inicial**

*Art . 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

*II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;*

**54)FGV/ MPE-RJ/ 2014 - Empreendidos esforços para a localização do réu, sem êxito, determinou o juiz a sua citação por edital. Efetivada a citação por essa modalidade, não foi oferecida, no prazo legal, a peça contestatória. Nesse cenário, deve o juiz:**

A) decretar a revelia do réu e julgar de imediato o feito, acolhendo o pedido do autor em razão da presunção de veracidade dos fatos narrados na inicial

B) decretar a revelia do réu e julgar de imediato o feito, acolhendo ou rejeitando o pedido do autor, conforme a sua convicção jurídica e os elementos de prova constantes dos autos;

C) julgar extinto o feito sem resolução do mérito, já que é ônus do autor fornecer o correto endereço do réu, a fim de que se viabilize a sua citação pessoal;

D) decretar a revelia do réu e nomear curador especial para desempenhar a sua defesa, sendo-lhe exigível, na contestação, impugnar especificadamente os fatos narrados na inicial

**E) decretar a revelia do réu e nomear curador especial para desempenhar a sua defesa, não lhe sendo exigível, na contestação, impugnar especificadamente os fatos narrados na inicial.**

*Art . 72. O juiz nomeará curador especial ao:*

*II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.*

*Parágrafo único. O ônus da impugnação especificada dos fatos não se aplica ao defensor público, ao advogado dativo e ao curador especial.*

**55)FGV/ MPE-RJ/ 2014 - O fato ou circunstância que não dá azo à suspensão do processo é:**

**A) a alienação da coisa ou do direito litigioso, por ato entre vivos;**

B) a irregular idade da representação processual das partes;

C) o vínculo de prejudicialidade externa;

D) a convenção das partes;

E) a inexistência de bens suscetíveis de penhora, no patrimônio do executado.

*Art . 109. A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, não altera a legitimidade das partes*

*Art. 313. Suspende-se o processo:*

*I - pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;*

*II - pela convenção das partes;*

*III - pela arguição de impedimento ou de suspeição;*

*IV - pela admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas;*

*V - quando a sentença de mérito: a) depender do julgamento de outra causa ou da declaração de existência ou de inexistência de relação jurídica que constitua o objeto principal de outro processo pendente; b) tiver de ser proferida somente após a verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada a outro juízo;*

**56) FGV/ SUSAM/ 2014 – Adaptada - Kevin e Kate são grandes amigos e, em determinado momento, resolvem iniciar, conjuntamente, uma atividade empresarial. Para dar início ao negócio, ambos procuram Selma e com ela assinam um contrato de empréstimo, no qual fica estabelecido que Selma emprestará à dupla a quantia de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) , e que, seis meses após a assinatura do contrato, Kevin e Kate deverão devolver integralmente a quantia devidamente corrigida e acrescida de uma taxa de 5% sobre o valor emprestado.**

**Com o vencimento do empréstimo, nos termos contratados, e a dupla não cumpre com a obrigação devida a Selma. Diante dessa situação, Selma ajuíza ação de cobrança em face de Kevin. O réu, julgando não ser correto apenas ele ter responsabilidade pelo pagamento da dívida, decide levar Kate para o processo, a fim de agir regressivamente contra ela, caso venha a pagar sozinho todo o montante previsto no contrato de empréstimo. Considerando o caso acima apresentado, assinale a opção que indica corretamente a figura de intervenção de terceiros de que Kevin deve se valer para atingir o seu propósito quanto a Kate**

**A) Chamamento ao processo**

B) Denúnciação da lide

C) Oposição

D) Assistência

E) Litisconsórcio

*Art. 130. É admissível o chamamento ao processo, requerido pelo réu:*

*I - do afiançado, na ação em que o fiador for réu;*

*I I - dos demais fiadores, na ação proposta contra um ou alguns deles;*

*I II - dos demais devedores solidários, quando o credor exigir de um ou de alguns o pagamento da dívida comum*

**57) FGV/ DPE-DF/ 2014 - A modalidade de intervenção de terceiros que se presta a assegurar a efetivação do direito de regresso em favor da parte eventualmente sucumbente no processo é:**

A) a assistência litisconsorcial

B) a assistência simples



C) a denúncia da lide.

D) o chamamento ao processo

E) a oposição.

*Art . 125. É admissível a denúncia da lide, promovida por qualquer das partes*

*II - àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem for vencido no processo*

58) FGV/ DPE-RJ/ 2014 - Otelo, assistido por advogado, ingressou com ação de conhecimento em desfavor de Iago, assistido por Defensor Público, questionando promessa de compra e venda de Desdêmona, uma vaca premiada. Decorrido o prazo da resposta do réu (com o oferecimento tempestivo de defesa processual e de mérito, evitando os efeitos da revelia), verificou o juiz a desnecessidade de réplica, prolatando despacho em que determinava a especificação de provas. O autor, então, requereu como meio de prova o depoimento pessoal do réu, especificando que pretendia obter esclarecimentos acerca dos fatos relevantes e controvertidos alegados e provocar a confissão. O réu peticionou afirmando que se contentava com a prova documental já acostada aos autos, quando da sua resposta, aproveitando para afirmar que havia mudado para outro Estado da Federação, fornecendo seu novo endereço. O juiz deferiu a prova requerida pelo autor. Em relação ao caso Desdêmona (ação de conhecimento de Otelo em desfavor de Iago, questionando promessa de compra e venda de Desdêmona, uma vaca premiada), a ciência do réu quanto ao deferimento da prova pelo juiz se dará por

A) citação.

B) notificação.

C) intimação.

D) precatória.

E) rogatória.

*Art . 269. Intimação é o ato pelo qual se dá ciência a alguém dos atos e dos termos do processo*

59) FGV/ DPE-RJ/ 2014 Otelo, assistido por advogado, ingressou com ação de conhecimento em desfavor de Iago, assistido por Defensor Público, questionando promessa de compra e venda de Desdêmona, uma vaca premiada. Decorrido o prazo da resposta do réu (com o oferecimento tempestivo de defesa processual e de mérito, evitando os efeitos da revelia), verificou o juiz a desnecessidade de réplica, prolatando despacho em que determinava a especificação de provas. O autor, então, requereu como meio de prova o depoimento pessoal do réu,

especificando que pretendia obter esclarecimentos acerca dos fatos relevantes e controvertidos alegados e provocar a confissão.

O réu peticionou afirmando que se contentava com a prova documental já acostada aos autos, quando da sua resposta, aproveitando para afirmar que havia mudado para outro Estado da Federação, fornecendo seu novo endereço. O juiz deferiu a prova requerida pelo autor. Com base no caso Desdêmona (ação de conhecimento de Otelo em desfavor de Iago, questionando promessa de compra e venda de Desdêmona, uma vaca premiada), a resposta apresentada por Iago, que é assistido por Defensor Público, tem o prazo de

- A) 10 dias
- B) 15 dias.
- C) 30 dias.**
- D) 45 dias.
- E) 60 dias.

Art. 186. A Defensoria Pública gozará de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.

Art. 335. O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data:

**60) FGV/ DPE-RJ/ 2014 - O princípio da imediação (ou imediatidade) consiste na contemporânea e contínua interação comunicacional entre juiz, partes e provas, a fim de que o juiz possa conhecer pessoalmente as alegações das partes e o acervo probatório do processo, desde sua iniciação, prolatando, no mais breve lapso temporal, sua decisão. A alternativa na qual NÃO ocorre a incidência do referido princípio é (contato direto de juiz com a parte)**

- A) prova testemunhal
- B) prova documental.**
- C) interrogatório.
- D) depoimento pessoal do autor ou do réu.
- E) inspeção judicial.

**61) FGV/ DPE-RJ/ 2014 - De acordo com o Código de Processo Civil, duas ou mais ações são consideradas conexas quando :**

- A) houver a denominada tríplice identidade, coincidindo as partes, causas de pedir e pedidos.
- B) houverem sido despachadas na mesma data, se idêntica a competência territorial, ou determinada a citação no mesmo dia, se diversas as comarcas

C) houver identidade de partes e comunhão probatória, reunindo-se as ações perante um mesmo juízo.

D) pela natureza da relação jurídica, o juiz tiver de decidir de modo uniforme para todas as partes.

**E) Ihes for comum o objeto, ocasião em que o juiz poderá reuni-las para julgamento simultâneo.**

*Art . 55. Reputam-se conexas 2 (duas) ou mais ações quando lhes for comum o pedido ou a causa de pedir*

**62)FGV/ DPE-RJ/ 2014 - No decorrer de audiência de instrução e julgamento, deve ser considerado correto o procedimento probatório previsto no Código de Processo Civil e realizado pelo juiz que**

A) permite a colheita do depoimento pessoal do réu na presença do autor, inquirindo-o na forma prescrita para a oitiva de testemunhas

**B) indefere o depoimento de testemunha sobre fato que só por documento pode ser comprovado**

C) permite a cada parte oferecer no máximo dez testemunhas sobre cada fato, não podendo dispensá-las unilateralmente.

D) dispensa o depoimento das testemunhas que não puderem comparecer na audiência de instrução.

E) dispensa a produção das provas requeridas pela parte cujo advogado compareceu à audiência

*Art . 443. O juiz indeferirá a inquirição de testemunhas sobre fatos:  
I - já provados por documento ou confissão da parte;  
II - que só por documento ou por exame pericial puderem ser provados*

**63)FGV/ AL-MT/ 2013 – Adaptada - suspensão de um processo deve ser vista como uma situação anômala que indica a ocorrência de uma causa legal que força a sua momentânea paralisação. Uma das hipóteses que gera a suspensão temporária de um processo é a ocorrência da morte do procurador de uma das partes. A esse respeito, assinale a afirmativa correta.**

A) Ocorrendo a morte do procurador do réu, o Juiz suspenderá o processo, salvo se já tiver iniciado a audiência de instrução e julgamento.

B) Ocorrendo a morte do procurador do autor, o Juiz suspenderá o processo e fixará o prazo 15 (quinze) dias para a constituição de novo mandatário, sob pena do processo prosseguir à revelia do autor

C) Ocorrendo a morte do procurador do autor, o Juiz suspenderá o processo, salvo se já tiver iniciado a audiência de instrução e julgamento.

**D) Ocorrendo a morte do procurador do réu, o Juiz suspenderá o processo e fixará o prazo 15 (quinze) dias para a constituição de novo mandatário, sob pena do processo prosseguir à revelia do réu.**

E) Ocorrendo a morte do procurador de qualquer das partes, o processo não poderá ser suspenso, em nenhuma hipótese, prosseguindo apenas com as partes no processo até que seja proferida a sentença.

*Art. 313 - § 3o No caso de morte do procurador de qualquer das partes, ainda que iniciada a audiência de instrução e julgamento, o juiz determinará que a parte constitua novo mandatário, no prazo de 15 (quinze) dias, ao final do qual extinguirá o processo sem resolução de mérito, se o autor não nomear novo mandatário, ou ordenará o prosseguimento do processo à revelia do réu, se falecido o procurador deste*

**64)FGV/ AL-MT/ 2013 – Adaptada - Considerando a falta de previsão legal para a prática de um ato processual e a omissão do magistrado no mesmo sentido, assinale a alternativa que indica corretamente o prazo para a prática dos atos processuais**

**A) Cinco dias.**

B) Dez dias.

C) Quinze dias.

D) Trinta dias

E) O prazo, nessa hipótese, é dilatatório e pode ser estabelecido consensualmente pelas partes

*Art. 218 - § 3o Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.*

**65)FGV/ AL-MT/ 2013 – Adaptada - Os atos judiciais ou provimentos do Juiz podem ser de três diferentes espécies: despachos, decisões interlocutórias e sentenças. Acerca desses atos judiciais assinale a afirmativa correta.**

A) O despacho do Juiz é manifestação que pode ser impugnada por recurso

B) A decisão interlocutória é manifestação do magistrado irrecorrível, que visa apenas impulsionar o processo.

C) As sentenças terminativas são decisões do Juiz que implicam em resolução do mérito.

D) O despacho é a manifestação pela qual o Juiz rejeita o pedido do autor, tomando-o por improcedente.

E) A decadência ou a prescrição de um direito é pronunciada pelo Juiz por meio da prolação de sentença definitiva.

*Art . 487. Haverá resolução de mérito quando o juiz:*

*II - decidir, de ofício ou a requerimento, sobre a ocorrência de decadência ou prescrição;*

*Art. 1.001. Dos despachos não cabe recurso.*

66)FGV/ TCE-BA/ 2013 – Adaptada - Antônio, famoso cantor da região de Milagrópolis, mata um desafeto ao término de um show, gerando grande repercussão local. Em razão de sua popular idade, Antônio tem seu processo distribuído para o TJCM (Tribunal para Julgamento de Cantores de Milagrópolis) , criado após a ocorrência dos fatos esquivando-se, assim, do julgamento pelo Tribunal do Juri. A dinâmica dos fatos revela inequívoca violação a um fundamental princípio do Direito Processual brasileiro. Assinale a alternativa que revela o princípio que, de forma direta e específica, foi violado pelos fatos acima narrados.

A) Princípio da Ampla Defesa

B) Princípio do Contraditório.

**C) Princípio do Juiz Natural**

D) Princípio da Lealdade Processual

E) Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional.

*CF - Art . 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*XXXVI I - não haverá júízo ou tribunal de exceção;*

*LIII - ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente;*

67)FGV/ TCE-BA/ 2013 - Toda sentença, por força de expressa previsão legal, precisa conter elementos essenciais. A lei os chama de requisitos, a designar algo que deve ser preexistente, existir antes mesmo da sentença, como um seu pressuposto. A ausência de qualquer um deles vicia a decisão. As alternativas a seguir apresentam requisitos ou elementos essenciais das sentenças, à exceção de uma. Assinale-a.

A) Relatório.

**B) Provimento.**

C) Fundamentação

D) Dispositivo.

E)Motivação

*Art . 489. São elementos essenciais da sentença:*

*I - o relatório, que conterà os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo;*  
*I I - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito;*  
*I II - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem*

**68)FGV/TCE-BA/2013 - Modernamente a sentença definitiva se classifica em três espécies, conforme o seu conteúdo. Esta é uma classificação referente às sentenças de procedência do pedido**

A) A ação de investigação de paternidade, quando julgado procedente o pedido do autor, termina com a prolação de sentença condenatória.

B) A ação de usucapião, quando julgado procedente o pedido do autor, termina com a prolação de sentença condenatória.

C) A sentença condenatória é a que contém o acertamento da existência ou inexistência de uma relação jurídica

D) A sentença meramente declaratória é a que contém um ato judicial capaz de determinar a criação, modificação ou extinção de uma relação jurídica.

**E) A sentença condenatória é aquela que impõe, ao vencido, o cumprimento de um dever jurídico de dar, fazer ou não fazer**

**Sentença declaratória:** declara a existência ou inexistência de uma relação jurídica.

**Sentença constitutiva:** há constituição de um novo estado jurídico. Cria ou modifica uma relação jurídica.

**Sentença Condenatória** - é aquela que impõe, ao vencido, o cumprimento de um dever jurídico de dar, fazer ou não fazer

**Sentença mandamental:** contém uma ordem expedida para que alguma das partes cumpra um fazer ou um não fazer.

**69)FGV/CONDER/2013 - A respeito do processo eletrônico, assinale a afirmativa incorreta.**

**A) No processo eletrônico, todas as citações serão feitas por meio eletrônico e, quando por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, o processo será suspenso**

*Art. 9º No processo eletrônico, todas as citações, intimações e notificações, inclusive da Fazenda Pública, serão feitas por meio eletrônico, na forma desta Lei.*

*§ 2º Quando, por motivo técnico, for inviável o uso do meio eletrônico para a realização de citação, intimação ou notificação, esses atos processuais poderão ser praticados segundo as regras ordinárias, digitalizando-se o documento físico, que deverá ser posteriormente destruído.*

B) Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio de petição eletrônica, serão considerados tempestivos os efetivados até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia.

C) Os originais dos documentos digitalizados deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória

D) Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de dez dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado

E) A procuração pode ser assinada digitalmente com base em certificado emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma da lei específica

**70) FGV/FUNDAÇÃO PRÓ-SANGUE/2013 - O Direito Processual Civil é regido por uma série de princípios, muitos dos quais estão previstos na própria Constituição da República. Assinale a alternativa que indica o princípio segundo o qual fica assegurado a todo aquele que se sentir lesado ou ameaçado em seus direitos, o acesso aos órgãos judiciais**

A) Princípio da Tempestividade da Tutela Jurisdicional

B) Princípio da Motivação das Decisões Judiciais

C) Princípio da Isonomia

D) Princípio do Contraditório

**E) Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional**

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito*

**71) FGV/TJ-AM/2013 - Tomás ajuizou determinada ação em face de Onofre. No prazo de defesa do réu, Onofre arguiu lacuna na lei invocada por Tomás e afirmou que isso deveria beneficiá-lo, gerando a imediata extinção do processo, sem resolução do mérito. Com base no caso descrito, assinale a afirmativa correta.**

A) Ao réu assiste razão e, havendo lacuna na lei que trata do pedido de Tomás, o processo deverá ser extinto sem resolução do mérito.

B) As partes, havendo lacuna na lei e sendo certa a extinção do processo sem resolução do mérito, podem fazer acordo e requerer que o Juiz o homologue por sentença.

C) O Juiz, no caso de lacuna no texto de lei, deve extinguir o processo in limine litis, não sendo possível a homologação de qualquer acordo em juízo.

D) O processo deve ser suspenso até que haja correção da lei na qual se fundamenta o objeto da causa, respeitado o prazo decadencial, após o qual o processo deve ser extinto e arquivado em definitivo.

**E) O Juiz terá que sentenciar mesmo que, de fato, haja lacuna na lei e, neste caso, valer-se-á de outras fontes do direito processual como os princípios e costumes.**

**Art. 140. O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico.**

**Parágrafo único. O juiz só decidirá por equidade nos casos previstos em lei.**

**72)FGV/Senado Federal/2008 - Havendo processo que está em fase recursal (apelação) pretende a parte apelante distribuir demanda que reputa conexa, por dependência, antes da subida dos autos ao tribunal. No caso a pretensão**

A) é possível, desde que a segunda demanda guarde efetiva identidade com a primeira.

B) necessita que o recurso não tenha sido encaminhado à Câmara.

C) é permitida desde que exista identidade de causa de pedir entre as ações.

D) é viável, em função de já ter sido produzida a prova na ação que foi julgada.

**E) é incabível, por não haver conexão em processos que estejam em instâncias distintas**

**Art. 54 - § 1º Os processos de ações conexas serão reunidos para decisão conjunta, salvo se um deles já houver sido sentenciado.**

**73)FGV/Senado Federal/2008 - A pendência de uma lide sobre determinado bem acarreta sua:**

A) inalienabilidade.

B) impenhorabilidade.

C) indisponibilidade.

**D) litigiosidade.**

E) intransmissibilidade.

**74)FGV/TJ-SC/2018 - Em uma audiência de instrução e julgamento, foi colhido o depoimento de uma testemunha do autor, apesar de ter sido arguida sua suspeição pela parte ré. O julgador prolatou sentença de procedência do pedido com base apenas na prova documental acostada aos autos. Em caso de apelação sob o argumento de nulidade daquele depoimento, a referida sentença será:**

A) reformada, pois deverá ser invertido o resultado do julgamento

B) anulada, já que posterior ao ato considerado nulo;



C) **confirmada, já que é independente da prova oral produzida no processo;**

D) complementada, com a indicação de que a testemunha é suspeita;

E) substituída por outra a ser proferida pelo julgador, de qualquer teor

**art. 447, §4º - § 4º Sendo necessário, pode o juiz admitir o depoimento das testemunhas menores, impedidas ou suspeitas.**

**75)FGV/TJ-SC/2018 - Citado regularmente, o réu ofereceu contestação no quinto dia do prazo de que dispunha para tanto. Mas, depois de protocolizada a sua peça de bloqueio, lembrou-se ele de outra tese defensiva que lhe seria aproveitável, não suscitada em sua contestação e tampouco sendo cognoscível ex officio pelo juiz. Assim, optou o demandado por ofertar nova contestação, o que fez no décimo segundo dia após o da juntada do mandado de citação. Nesse cenário, deve o juiz:**

A) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão temporal;

B) deixar de receber segunda contestação, em razão da preclusão lógica;

**C) deixar de receber a segunda contestação, em razão da preclusão consumativa;**

D) receber a segunda contestação, já que apresentada dentro do prazo legal;

E) receber a segunda contestação, em homenagem às garantias da ampla defesa e do contraditório.

**76)FGV/TJ-SC/2018 - De acordo com o Código de Processo Civil em vigor, é correto afirmar, no tocante aos prazos processuais, que:**

A) devem eles ser contados em dias corridos;

**Art. 212. Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.**

B) o prazo processual praticado antes de seu plano inicial deve ser reputado intempestivo

**Art. 218 § 4º - § 4º Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.**

C) ficam eles suspensos entre os dias 24 de dezembro e 07 de janeiro, inclusive;

**Art. 220. Suspende-se o curso do prazo processual nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive.**

**D) não havendo regra legal ou prazo fixado pelo juiz, será de cinco dias o prazo para a prática do ato a cargo da tarde;**

**§ 3º Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.**

E) salvo disposição em contrário, são eles contados incluindo-se o dia do começo e o dia do vencimento

*Art. 224. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.*

**77) FGV/TJ-SC/2018 - Define-se a prevenção do juízo para processar e julgar duas ações conexas, propostas perante órgãos jurisdicionais distintos, pela:**

**A) distribuição da petição inicial;**

B) prolação do despacho liminar positivo;

C) prolação de qualquer despacho, ainda que se limite a determinar a emenda da petição inicial;

D) citação válida;

E) citação, ainda que inválida.

**Art. 59. O registro ou a distribuição da petição inicial torna prevento o juízo.**

**78) FGV/OAB/2018 - Alice, em razão de descumprimento contratual por parte de Lucas, constituiu Osvaldo como seu advogado para ajuizar uma ação de cobrança com pedido de condenação em R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), valor atribuído à causa. A ação foi julgada procedente, mas não houve a condenação em honorários sucumbenciais. Interposta apelação por Lucas, veio a ser desprovida, sendo certificado o trânsito em julgado. Considerando o exposto, assinale a afirmativa correta.**

A) Em razão do trânsito em julgado e da preclusão, não há mais possibilidade de fixação dos honorários sucumbenciais

B) Como não houve condenação, presume-se que há fixação implícita de honorários sucumbenciais na média entre o mínimo e o máximo, ou seja, 15% do valor da condenação.

C) O trânsito em julgado não impede a discussão no mesmo processo, podendo ser requerida a fixação dos honorários sucumbenciais por meio de simples petição.

**D) Deve ser proposta ação autônoma para definição dos honorários sucumbenciais e de sua cobrança**

**Art. 18 - § 18. Caso a decisão transitada em julgado seja omissa quanto ao direito aos honorários ou ao seu valor, é cabível ação autônoma para sua definição e cobrança.**

**79) FGV/OAB/2017 - Marcos se envolveu em um acidente, abalroando a motocicleta de Bruno, em razão de não ter visto que a pista estava interditada. Bruno ajuizou, em face de Marcos, ação de indenização por danos materiais, visando receber os valores necessários ao conserto de sua motocicleta. Marcos, ao receber a citação da ação, entendeu que a responsabilidade de pagamento era da Seguradora Confiança, em virtude de contrato de seguro que havia pactuado para seu veículo, antes do acidente. Diante de tal situação, assinale a afirmativa correta**

A) Marcos pode promover oposição em face de Bruno e da seguradora.

**B) Marcos pode promover denúncia da lide à seguradora**

C) Marcos pode pedir a instauração de incidente de desconsideração da personalidade jurídica em face da seguradora.

D) Marcos pode promover o chamamento ao processo da seguradora

**Art. 125. É admissível a denúncia da lide, promovida por qualquer das partes:**

**II - àquele que estiver obrigado, por lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo de quem**

**80) FGV/OAB/2014/Adaptada - Juliana e Marcos são casados sob o regime da comunhão parcial de bens. Entretanto, tornada impossível a vida em comum e diante da existência de filhos menores do casal, ingressam com ação de divórcio perante a Vara de Família e Sucessões competente para a apreciação do litígio. No curso da demanda judicial, um dos cônjuges vem a falecer. Considerando a hipótese narrada, assinale a opção correta.**

**A) O processo será extinto sem resolução do mérito, pois, tratando-se de direito personalíssimo, a ação é intransmissível**

B) O processo deverá ser suspenso pelo prazo de 30 dias, de modo a criar oportunidade à sucessão processual do cônjuge falecido por seus herdeiros legítimos

C) Diante do falecimento de um dos cônjuges no curso da ação de divórcio, deverá o juiz efetuar o julgamento da lide no estado em que se encontra, acolhendo a pretensão autoral

D) Com o falecimento de uma das partes na ação de divórcio, resolve-se o processo sem resolução do mérito, operando-se o fenômeno processual da confusão entre o autor e réu.

**Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando:**

**IX - em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal**

**81)FGV/OAB/2013 - A respeito da capacidade processual, assinale a afirmativa correta.**

**A) Os municípios serão representados em juízo, ativa e passivamente, pelo Prefeito ou pelo procurador.**

*Art. 75. Serão representados em juízo, ativa e passivamente:  
III - o Município, por seu prefeito ou procurador*

B) O juiz, de plano, deverá extinguir o processo sem resolução do mérito, ao verificar a incapacidade processual ou a irregularidade da representação das partes.

*Art. 76. Verificada a incapacidade processual ou a irregularidade da representação da parte, o juiz suspenderá o processo e designará prazo razoável para que seja sanado o vício*

C) O juiz dará curador especial ao réu preso, bem como ao réu citado por hora certa, por edital ou por meio eletrônico.

*Art. 72 - II - réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado.*

D) A citação dos cônjuges nas ações que versem sobre direitos reais imobiliários é prescindível.

*Art. 73 - § 1º Ambos os cônjuges serão necessariamente citados para a ação: I - que verse sobre direito real imobiliário, salvo quando casados sob o regime de separação absoluta de bens;*

**82)FGV/OAB/2012 – Adaptada - As regras processuais impõem as partes deveres que devem ser observados ao longo do processo judicial. Tais deveres têm, como corolário lógico, a existência de uma responsabilidade processual civil. Acerca de tal responsabilidade, é correto afirmar que**

A) a responsabilidade por dano processual não pode ser reconhecida em face de terceiros intervenientes, sendo um fenômeno tipicamente atrelado à atuação das partes da demanda.

*Art. 79. Responde por perdas e danos aquele que litigar de má-fé como autor, réu ou interveniente.*

B) havendo mais de um litigante de má-fé, o juiz deverá condená-los na proporção de seus interesses ou solidariamente, caso tenham se coligado para lesar o adversário.

*Art. 81 - § 1o Quando forem 2 (dois) ou mais os litigantes de má-fé, o juiz condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.*

C) a indenização a ser fixada imediatamente após a prática do ato punível poderá exceder vinte por cento sobre o valor da causa, ficando sua fixação sujeita ao livre arbítrio do juiz

Art. 81. De ofício ou a requerimento, o juiz condenará o litigante de má-fé a pagar multa, que deverá ser superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, a indenizar a parte contrária pelos prejuízos que esta sofreu e a arcar com os honorários advocatícios e com todas as despesas que efetuou.

§ 1º Quando forem 2 (dois) ou mais os litigantes de má-fé, o juiz condenará cada um na proporção de seu respectivo interesse na causa ou solidariamente aqueles que se coligaram para lesar a parte contrária.

D) a apresentação em juízo de petição que não corresponda, com perfeição, ao original anteriormente remetido por fax, não enseja responsabilização por dano processual, mas tão somente a prática de crime a ser punido nos termos do Código Penal.

*Lei 9800 - Art. 4º Quem fizer uso de sistema de transmissão torna-se responsável pela qualidade e fidelidade do material transmitido, e por sua entrega ao órgão judiciário*

**83)FGV/OAB/2011 - O Código de Processo Civil regulamenta como se dará a atuação das partes e dos procuradores em juízo. Além de dispor sobre a capacidade processual e dos deveres de cada um, disciplina sobre a constituição de representante processual e substituição das partes e dos procuradores. A respeito dessa temática, assinale a alternativa correta**

A) Ao advogado é admitido procurar em juízo sem instrumento de mandato a fim de praticar atos reputados urgentes. Mas, para tanto, deverá prestar caução e exibir o instrumento de mandato no prazo improrrogável de quinze dias.

Art. 104 - § 1º Nas hipóteses previstas no caput, o advogado deverá, independentemente de caução, exibir a procuração no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período por despacho do juiz.

B) O instituto da sucessão processual ocorrerá quando houver a morte de qualquer das partes, que será substituída pelo espólio ou por seus sucessores, suspendendo-se o processo e sendo defesa a prática de atos processuais, salvo atos urgentes a fim de evitar dano irreparável.

Art. 110. Ocorrendo a morte de qualquer das partes, dar-se-á a sucessão pelo seu espólio ou pelos seus sucessores, observado o disposto no art. 313, §§ 1o e 2o.

Art. 313. Suspende-se o processo:

I - pela morte ou pela perda da capacidade processual de qualquer das partes, de seu representante legal ou de seu procurador;

§ 1º Na hipótese do inciso I, o juiz suspenderá o processo, nos termos do art. 689.

§ 2º Não ajuizada ação de habilitação, ao tomar conhecimento da morte, o juiz determinará a suspensão do processo e observará o seguinte:

I - falecido o réu, ordenará a intimação do autor para que promova a citação do respectivo espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, no prazo que designar, de no mínimo 2 (dois) e no máximo 6 (seis) meses;

II - falecido o autor e sendo transmissível o direito em litígio, determinará a intimação de seu espólio, de quem for o sucessor ou, se for o caso, dos herdeiros, pelos meios de divulgação que reputar mais adequados, para que manifestem interesse na sucessão processual e promovam a respectiva habilitação no prazo designado, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito

C) O advogado poderá a qualquer tempo renunciar ao mandato, devendo, entretanto, assistir o mandante nos dez dias subsequentes a fim de lhe evitar prejuízo, salvo na hipótese de ter comprovado que cientificou o mandante para que nomeasse substituto.

Art. 112. O advogado poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo, provando, na forma prevista neste Código, que comunicou a renúncia ao mandante, a fim de que este nomeie sucessor.

D) Caso o advogado deixe de declarar na petição inicial o endereço em que receberá intimação, poderá fazê-lo até a fase de saneamento, mas as intimações somente informarão o nome do advogado quando tal dado estiver regularizado

Art. 106. Quando postular em causa própria, incumbe ao advogado:

I - declarar, na petição inicial ou na contestação, o endereço, seu número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil e o nome da sociedade de advogados da qual participa, para o recebimento de intimações;

II - comunicar ao juízo qualquer mudança de endereço.

§ 1º Se o advogado descumprir o disposto no inciso I, o juiz ordenará que se supra a omissão, no prazo de 5 (cinco) dias, antes de determinar a citação do réu, sob pena de indeferimento da petição.

§ 2º Se o advogado infringir o previsto no inciso II, serão consideradas válidas as intimações enviadas por carta registrada ou meio eletrônico ao endereço constante dos autos.

**84) FGV/OAB/2013/Adaptada - Com relação ao início da contagem do prazo para apresentação de resposta, em ação ajuizada pelo procedimento comum, em face de apenas um réu, assinale a afirmativa correta.**

**A) Em se tratando de citação postal, começa a correr o prazo a partir da data da juntada aos autos do aviso de recebimento**

Art. 231, I - I - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a citação ou a intimação for pelo correio;

B) Em se tratando de citação por oficial de justiça, começa a correr o prazo no dia seguinte ao do cumprimento da diligência.

Art. 231 - II - a data de juntada aos autos do mandado cumprido, quando a citação ou a intimação for por oficial de justiça;

C) Em se tratando de citação por carta precatória, começa a correr o prazo no dia em que a carta é devolvida ao juízo de origem

VI - a data de juntada do comunicado de que trata o art. 232 ou, não havendo esse, a data de juntada da carta aos autos de origem devidamente cumprida, quando a citação ou a intimação se realizar em cumprimento de carta;

D) Em se tratando de citação por edital, começa a correr o prazo no dia seguinte ao da publicação do referido edital.

IV - o dia útil seguinte ao fim da dilação assinada pelo juiz, quando a citação ou a intimação for por edital;

**85)FGV/OAB/2012 – Adaptada - De acordo com o Código de Processo Civil, a respeito dos prazos processuais contados em dias, é correto afirmar que**

A) serão contados excluindo-se o dia do início e incluindo-se o dia do vencimento, não se admitindo disposição em contrário.

Art. 224. Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.

**B) as intimações somente obrigarão o comparecimento depois de decorridas 48 (quarenta e oito) horas, salvo quando for outro o prazo fixado por lei.**

Art. 218 § 2º Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão a comparecimento após decorridas 48 (quarenta e oito) horas.

C) em caso de litisconsórcio, com o mesmo procurador, ser-lhes-ão contados em dobro os prazos para contestar, recorrer e, de modo geral, falar nos autos.

Art. 229. Os litisconsortes que tiverem diferentes procuradores, de escritórios de advocacia distintos, terão prazos contados em dobro para todas as suas manifestações, em qualquer juízo ou tribunal, independentemente de requerimento.

D) não havendo previsão legal, ou outro fixado pelo juiz, o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte será de 10 (dez) dias.

Art. 218 - § 3º Inexistindo preceito legal ou prazo determinado pelo juiz, será de 5 (cinco) dias o prazo para a prática de ato processual a cargo da parte.

**86)OAB-DF/2006 – Adaptada - Assinale a alternativa INCORRETA**

**A) sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo, salvo se procurador de órgão público, ou, ainda, para intentar a ação a fim de evitar prescrição ou decadência ou para praticar atos reputados urgentes, oportunidade em que fica obrigado a exibir o instrumento de mandato no prazo de quinze dias, prorrogáveis até outros quinze, por despacho do juiz;**

Art. 104 - § 1º Nas hipóteses previstas no caput, o advogado deverá, independentemente de caução, exibir a procuração no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período por despacho do juiz.

**B) a Fazenda Pública e o Ministério Público têm prazo em quádruplo para recorrer e em dobro para contestar;**

Art. 180. O Ministério Público gozará de prazo em dobro para manifestar-se nos autos, que terá início a partir de sua intimação pessoal, nos termos do art. 183, § 1º.

Art. 183. A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais, cuja contagem terá início a partir da intimação pessoal

**C) é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes. Contudo, em se tratando de comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até dois meses;**

Art. 222. Na comarca, seção ou subseção judiciária onde for difícil o transporte, o juiz poderá prorrogar os prazos por até 2 (dois) meses.

§ 1º Ao juiz é vedado reduzir prazos peremptórios sem anuência das partes.

§ 2º Havendo calamidade pública, o limite previsto no caput para prorrogação de prazos poderá ser excedido.

**D) em princípio, a citação será feita pelo correio, para qualquer comarca do País, dispensando a expedição de carta precatória, exceto quando o autor a requerer de outra forma ou quando frustrada a citação pelo correio.**

Art. 247. A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do país, exceto:

IV - quando o citando residir em local não atendido pela entrega domiciliar de correspondência;

V - quando o autor, justificadamente, a requerer de outra forma.

**87)OAB-DF/2006 – Adaptada - Assinale a alternativa INCORRETA**

**A) os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, dependem de despacho, não podendo ser praticados de ofício pelo servidor**

Art. 203 - § 4º Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, independem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo servidor e revistos pelo juiz quando necessário.

**B) Os advogados públicos ou privados, o defensor público e o membro do Ministério Público devem restituir os autos no prazo do ato a ser praticado**



Art. 234 - Art. 234. Os advogados públicos ou privados, o defensor público e o membro do Ministério Público devem restituir os autos no prazo do ato a ser praticado.

C) o ônus da prova incumbe ao réu quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor;

Art. 373 - II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

D) a ordem de citação dada por juiz incompetente induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor.

Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil)

**88)FGV/OAB/2016 - No decorrer da tramitação de uma ação, em que se discutiam as declarações de última vontade contidas em um testamento, foi alegada, pela parte interessada, a ausência de intervenção obrigatória do Ministério Público, requerendo, como consequência, a anulação de todo o procedimento. Com base no CPC/15, assinale a afirmativa correta.**

A) A alegação está correta, uma vez que compete ao Ministério Público intervir nas causas concernentes a disposições de última vontade, sob pena de nulidade

B) O advogado da parte contrária pode arguir a inexistência de obrigatoriedade de intervenção, uma vez que, nesse caso, cabe ao parquet avaliar a presença do interesse público ou social, decidindo ou não pela intervenção.

**C) Não há nulidade na situação narrada, pois a obrigatoriedade de intervenção do Ministério Público se limita às ações em que haja interesse de incapaz ou participação da Fazenda Pública.**

D) alegação de nulidade está correta, de modo que o juiz deverá invalidar todo o processo, desde a distribuição.

Art. 178. O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam:

I - interesse público ou social;

II - interesse de incapaz;

III - litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.

Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público.

Art. 279. É nulo o processo quando o membro do Ministério Público não for intimado a acompanhar o feito em que deva intervir.

§ 1º Se o processo tiver tramitado sem conhecimento do membro do Ministério Público, o juiz invalidará os atos praticados a partir do momento em que ele deveria ter sido intimado.

§ 2º A nulidade só pode ser decretada após a intimação do Ministério Público, que se manifestará sobre a existência ou a inexistência de prejuízo

**89)FGV/OAB/2013/Adaptada - A citação é capaz de gerar efeitos processuais e materiais, consoante o que preceitua o Código de Processo Civil. Sobre os efeitos da citação, assinale afirmativa correta.**

A) Realizada a citação, induz-se a litispendência. Todavia, continua sendo possível a propositura de nova ação idêntica, pois a inafastabilidade da tutela jurisdicional é corolário do Estado Democrático de Direito, devendo-se viabilizar o acesso à justiça.

Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

B) A citação válida, por si só, não é capaz de tornar a coisa ou o direito litigioso, ou seja, estes não passam a estar vinculados ao resultado do processo. Sendo assim, em caso de alienação do bem, será possível, a qualquer tempo, a alteração da legitimidade das partes

Art. 240. A citação válida, ainda quando ordenada por juízo incompetente, induz litispendência, torna litigiosa a coisa e constitui em mora o devedor, ressalvado o disposto nos arts. 397 e 398 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

Art. 109. A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, não altera a legitimidade das partes.

C) O despacho que ordena a citação válida não é capaz de interromper a prescrição. Sendo assim, somente poderá falar-se em interrupção se a parte assim o requerer ao juiz, devendo este, antes de decidir, possibilitar o contraditório por parte do réu

Art. 240 - § 1º A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.

**D) A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação**

Art. 240 - § 1º A interrupção da prescrição, operada pelo despacho que ordena a citação, ainda que proferido por juízo incompetente, retroagirá à data de propositura da ação.

**90)FGV/OAB/2012/Adaptada - Maria ingressou, na vara cível da comarca XYZ, com uma ação de responsabilidade civil em face de André, pelo procedimento comum. André é regularmente citado para oferecer resposta. Com base nas modalidades de citação previstas pelo Direito Processual Civil, assinale a alternativa correta.**

A) Se o oficial de justiça, após comparecer três vezes ao local, não conseguir citá-lo, mas tiver suspeita de que André se oculta, será feita a citação por edital.

Art. 252. Quando, por 2 (duas) vezes, o oficial de justiça houver procurado o citando em seu domicílio ou residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar.

B) Se a citação ocorrer por meio eletrônico e seu conteúdo não for acessado no prazo de dez dias deverá ocorrer a citação ficta do réu.

§ 3º Considera-se como data da publicação o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico. (a intimação e não a citação)

**C) Se André for pessoa absolutamente incapaz, não será cabível a citação feita pelo correio.**

Art. 247. A citação será feita pelo correio para qualquer comarca do país, exceto:

II - quando o citando for incapaz;

D) Se for necessário realizar a citação em comarca contígua, deverá ser expedida carta precatória para que o juízo deprecante realize a citação

Art. 255. Nas comarcas contíguas de fácil comunicação e nas que se situem na mesma região metropolitana, o oficial de justiça poderá efetuar, em qualquer delas, citações, intimações, notificações, penhoras e quaisquer outros atos executivos

## GABARITO

01	E	11	A	21	E	31	B	41	A
02	C	12	B	22	A	32	C	42	C
03	D	13	E	23	C	33	C	43	E
04	B	14	D	24	D	34	B	44	D
05	B	15	A	25	D	35	E	45	B
06	B	16	B	26	C	36	D	46	D
07	C	17	D	27	C	37	A	47	E
08	C	18	E	28	E	38	A	48	B
09	D	19	A	29	C	39	B	49	E
10	D	20	D	30	C	40	D	50	B

51	D	61	E	71	E	81	A	91	
52	C	62	B	72	E	82	B	92	
53	E	63	D	73	D	83	B	93	
54	E	64	A	74	C	84	A	94	
55	A	65	E	75	C	85	B	95	
56	A	66	C	76	D	86	A	96	
57	C	67	B	77	A	87	A	97	
58	C	68	E	78	D	88	C	98	
59	C	69	A	79	B	89	D	99	
60	B	70	E	80	A	90	D	100	